

## **EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: Alguns apontamentos pedagógicos**

### **EDUCATION, INCLUSION AND CULTURAL DIVERSITY: Some notes of pedagogical approach**

#### **Ana Carolina Gonçalves**

Acadêmico do 8º período do Curso de Pedagogia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – MG, Brasil - e-mail: anacarolinagoncalvensmartins@outlook.com

#### **Claudilene Martins da costa**

Acadêmico do 7º período do Curso de Pedagogia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – MG, Brasil - e-mail: Claudilenemartins609@gmail.com

#### **Resumo**

A educação inclusiva, para além de um ambiente de convivência para a diversidade, demanda de práticas pedagógicas que favoreçam o acesso aos conteúdos curriculares e a aprendizagem de todos. Sabe-se que práticas pedagógicas inclusivas requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. O objetivo principal da pesquisa foi analisar os princípios norteadores da inclusão, trabalho docente e perspectiva de abordagem das práticas pedagógicas escolares. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura com abordagem de bases de dados e acervos pertinentes ao assunto. Conclui-se que a permanência dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares com práticas pedagógicas que contemplem a diversidade favorece o seu desenvolvimento e também dos alunos comuns.

**Palavras-chave:** Escola; Inclusão; Diversidade Cultural; práticas pedagógicas. .

**Abstract:** Inclusive education, in addition to a coexistence environment for diversity, demands pedagogical practices that favor access to curricular content and the learning of all. It is known that inclusive pedagogical practices require significant changes in the structure and functioning of schools, in the human training of teachers and in family-school relationships. The main objective of the research was to analyze the guiding principles of inclusion, teaching work and the perspective of approaching school pedagogical practices. The methodology used was a literature review with an approach to databases and collections relevant to the subject. It is concluded that the permanence of students with special educational needs in regular schools with pedagogical practices that contemplate diversity favors their development and also that of ordinary students.

**Keywords:** School; Inclusion; Cultural diversity; pedagogical practices.

## 1. Introdução

Para a garantia do acesso e permanência de todos na escola, um dos desafios de inclusão dos alunos na rede regular de ensino e o acesso aos conteúdos curriculares com aprendizagem, sendo um dos fatores essenciais a reflexão das práticas pedagógicas.

Para Sailor (1992) o termo “educação inclusiva” emergiu no início da década de 1990 e seu foco era mais na escola do que na sala de aula. A “educação inclusiva” pressupunha a colocação de todos os estudantes como membros de uma classe comum, mas deixava abertas as possibilidades de aprofundamento na reflexão dos processos ensino-aprendizagem.

As concepções e diretrizes previstas em conferências como a Educação para Todos (1990), a declaração de Salamanca (1994) sejam aperfeiçoados e implementados em um contexto de prática real. Os princípios previstos nessas conferências devem ser incorporados a uma política educativa inclusiva, de modo a oportunizar a satisfação das necessidades educativas básicas de todos, com igualdade de acesso à educação, como parte integrante do sistema educativo, organizado e planejado com foco na diversidade.

Uma das condições para potencializar o processo inclusivo e refletir sobre os fundamentos pedagógicos de desenvolvimento dos processos educativos, sendo o sociointeracionista que pressupõe a organização de processos de aprendizagem em um contexto de diversidade cultura, por meio da aprendizagem de códigos e signos por um processo denominado por Vygotsky como mediação pedagógica.

Vale destacar que uma abordagem das práticas pedagógicas vincula-se diretamente às crenças e convicções docentes, na seleção dos conteúdos curriculares, recursos didáticos, métodos e estratégias de abordagem.

Nesse contexto, a qualificação do trabalho docente é fator decisivo para a inclusão no contexto de vivências escolares.

Em uma escola inclusiva a vivência de seus tempos e espaços são reestruturados numa lógica de acolhimento à diversidade, integrando os sujeitos à prática pedagógica. Assim, a investigação é orientada pela seguinte questão investigativa: Quais são os princípios norteadores da inclusão, do trabalho docente, da abordagem e das práticas pedagógicas escolares?

Por meio deste estudo pretende-se, analisar as estratégias possíveis em um contexto da relação entre educação, inclusão e diversidade na perspectiva de abordagem dos conteúdos curriculares.

Para além desta parte introdutória o primeiro tópico aborda a Inclusão escolar princípios e fundamentos, com destaque para os principais conceitos. No segundo trata-se sobre a Inclusão escolar e a formação docente. No terceiro tópico são abordadas algumas possibilidades de abordagem pedagógica da inclusão escolar. Finaliza-se com as considerações finais.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar os princípios norteadores da inclusão, trabalho docente e perspectiva de abordagem das práticas pedagógicas escolares.

Dessa maneira, assistimos práticas paliativas, como rompimento de barreiras arquitetônicas, salas para deficientes no contexto da escola regular, alunos deficientes na sala comum sem as devidas adequações. Neste sentido, ora encontramos resistências por parte dos professores em trabalhar com os deficientes, ora indiferença, buscando, no ensaio de erros e acertos, novos caminhos educacionais.

Um dos fatores dessa situação pode ser encontrado nas limitações da política de capacitação de professores, tanto para a formação inicial quanto para o professor em exercício, que os possibilitem a criar condições favoráveis de aprendizagem e potencializar a capacidade criadora de cada aluno.

Frente a essa situação, não é cabível, mais, que o professor viva, predominantemente, de improvisações, tentativas e trabalhos ao acaso, o que exige dos mesmos, em conjunto com os gestores educacionais, a previsão, o planejamento, a seleção dos meios e processos de ensino-aprendizagem adequados, que visem à melhoria das práticas. Entretanto, as ações educativas inclusivas trazem como desafio o convívio com as diferenças humanas. E, como nos afirmam Marques e Marques (2003, p. 229; 238),:

### **1.1.2 Objetivos específicos**

1.1.2.1 Descrever os fundamentos de uma abordagem educacional inclusiva.

A inclusão escolar pode ser conceituada como uma condição de acesso de todos os alunos à uma educação orientada para o atendimento à todos, respeito a diversidade e ao direito à educação como uma condição fundamental. Pressupõe que todos têm o direito à educação em condições justas, adequadas a realidade e contexto cultural.

Uma escola inclusiva [...] é aquela que educa todos os alunos em salas de aulas regulares. Educar todos os alunos em salas de aulas regulares significa que todo aluno recebe educação e frequenta aulas regulares. Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades, recebem todo o apoio e ajuda de que eles e seus professores possam, da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. [...] Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 11).

A inclusão implica em reconhecimento e valorização das diferenças como peculiaridades, fundamentais para o desenvolvimento de uma processo educativo para a diversidade. Ao tratar do conceito de inclusão Santos (2020, p.1) alertar para confusões semânticas:

Ora ela é entendida como parte de um movimento mais amplo a favor da constituição de uma escola democrática e justa, que garanta acesso e permanência dos alunos em uma escola de qualidade, ora ela é vista como restrita a discussões sobre a integração de certos grupos em especial no sistema regular de ensino, como por exemplo .é o caso dos portadores de deficiência .

A Inclusão escolar significa acolhimento à todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. A inclusão em educação assegura o respeito ao desenvolvimento humano em seus diversos aspectos (cultural, social, emocional, linguístico e espiritual) e a solidariedade, assegurando crenças, costumes e valores que garantam dignidade e a construção da identidade (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 em seu capítulo V aos tratar da Educação Especial menciona que a educação especial, para deverá se oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Pressupõe ainda, quando

necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Em âmbito da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais a Resolução SEE Nº 4.256 ao dispor sobre a Educação Especial considera-se público da Educação os estudantes com a seguintes características:

I- Deficiência: Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental e intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II- Transtorno do Espectro Autista (TEA): Considera-se pessoa com TEA aquela que apresenta quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

III- Altas Habilidades/Superdotação: Considera-se pessoa com Altas Habilidades/Superdotação aquela que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

A preparação das escolas regulares para o processo de inclusão é um desafio que requer formação continuada dos profissionais, trabalho em equipe, modificação dos tempos e espaços, metodologias e recursos educativos especiais. O conhecimento específico de cada aluno é fundamental para definição das estratégias pedagógicas compatíveis com as suas necessidades de maneira que seja assegurado o acesso aos conteúdos curriculares com aprendizagem.

A inclusão educacional escolar, no Brasil, é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa garantir o direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando (BRASIL, 2007).

Para o atendimento aos alunos com respeito às suas diferenças é fundamental conhecer as limitações impostas pela deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento, sendo a construção do seu Plano de Desenvolvimento Individual – PDI essencial. O PDI do aluno permite identificar o aluno, suas características familiares, limitações e possibilidades educativas, tendo como referência a busca pela qualidade do ensino.

Esse movimento busca em seus princípios uma educação de qualidade para todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como

“elemento enriquecedor da aprendizagem e catalisador do desenvolvimento pessoal e social” (DUK, 2006, p. 58).

Nesse sentido, para que as ações estejam contidas e atendam as necessidades educacionais especiais do aluno público alvo da Educação Especial na Educação Básica, promovendo sua inclusão, a escola precisa de um trabalho colaborativo dos seus profissionais com a família para realizar diversas ações com o objetivo de obter dados para a elaboração do PDI. O que se almeja com o PDI é buscar as soluções para as necessidades educacionais especiais do aluno, viabilizando o seu sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Vale dizer que a perspectiva inclusiva no Brasil é influenciada por tendências educativas mais amplas, passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, declaração de Jontien (1990) e da Declaração de Salamanca (1994) que influencia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), bem como, a proposição de Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, reconhecendo a rede regular de ensino como locus privilegiado.

A preparação do professor para lidar com um sistema de rede de apoio ao ensino comum, com valorização do desenvolvimento dos potenciais dos alunos é fundamental. É importante que a forma de abordagem, os recursos utilizados e as atividades proposta sejam adaptadas e valorizem a participação coletiva dos alunos.

#### 1.1.2.2 Analisar a perspectiva de trabalho docente inclusiva.

As pesquisas que abordam a inclusão escolar têm apontado que a grande maioria dos docentes não se sentem preparados para promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais e superdotação na rede regular de ensino. Para Miranda (2010) O trabalho tem sido desafiador diante da falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que permita atender a diversidade presente nas salas de aula.

Há também problemas relacionados à própria segurança dos pais que reflete no trabalho do professor. Em estudo realizado por Goes (2012) identificou-se a insegurança dos pais de alunos como fator que contribuir com à evasão da escola, relacionado principalmente às dificuldades das escolas de atender às especificidades, especialmente do aluno autista.

Um processo efetivo de inclusão pressupõe um professor qualificado, reflexivo e que busque constantemente adquirir novos conhecimentos e melhorar as metodologias e práticas. É importante que o professor seja um investigador da sua própria prática, adotando princípios de pesquisa ação que contribuam com o aperfeiçoamento das práticas escolares.

Para Nunez (2011) é essencial estabelecer programas de formação continuada para educadores com foco na ampliação e melhoramento da educação, enquanto possibilidade de concretização de práticas educativas coerente com as necessidades educativas dos escolares.

O desenvolvimento de programas educativos orientados para o desenvolvimento das habilidades e de competências dos alunos com respeito às diferenças é uma condição essencial. O diálogo com as necessidades, interesses, intenções, motivações e aproximação com as crenças, atitudes e valores dos alunos é essencial.

Para além dos processos de capacitação docente que devem ser proporcionadas pelos sistemas de ensino ao professores em sua prática esse processo não se efetiva se não houver capacidade colaborativa e trabalho em equipe. É importante a apropriação docente dos momentos de reflexão coletivas, como reuniões, assembleias e conselhos de classe em um movimento contínua, com diagnóstico dos problemas e proposição de estratégias coletivas para enfrentamento dos desafios.

Nesse contexto vale destacar o papel do Especialista da Educação Básica – EEB de articulação e mobilização do grupo na construção de estratégias de planejamento participativo no contexto de uma escola inclusiva. É essencial no acompanhamento dos professores, nos momentos de planejamento coletivo e/ou acompanhamento individual, como por exemplo no cumprimento das atividades extraclasse, refletir sobre formas de aprendizagem, metodologias de ensino e recursos didáticos no contexto de uma escola inclusiva.

Outro aspecto fundamental é promover reflexões com os professores sobre as teorias da aprendizagem, especialmente da aplicação dos seus princípios teóricos, no contexto das práticas de ensino. Vale mencionar que para além das perspectivas de abordagens curriculares tradicionais dos conteúdos é importante pensar o sociointeracionismo e suas contribuições para o processo de desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais.

A concepção sociointeracionista dialoga com o desenvolvimento humano, com o reconhecimento do aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem e uma ambiente cultural, marcado por códigos e signos de aprendizagem. Um dos seus fundamentos é o sistema de mediação pedagógica, sendo as experiências oportunizadas na escola em ambiente de convivência para a diversidade essencial. O papel do professor é identificar os conhecimentos dominados pelos alunos (Zona de Desenvolvimento Real) e construir um sistema de estímulos educativos que possibilite alcançar o potencial desejado (Zona de desenvolvimento Potencial) por meio de um sistema pedagógico de mediação sólido, apoiado na cultura e na relação professor-alunos (Vygotsky, 1991).

#### 1.1.2.3 Apontar algumas possibilidades de abordagem inclusiva.

A inclusão ao dialoga com o atendimento dos alunos como deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades, superdotação na rede regular de ensino pressupõe refletir nas condições em que se desenvolvem as abordagens pedagógicas na rede regular de ensino. Ainda que de uma maneira geral refletir sobre as limitações impostas pela deficiência e/ou transtorno e algumas modificações e/ou atividades pedagógicas que podem ser trabalhadas com esse público-alvo é avançar nesse contexto.

A deficiência visual caracteriza-se pela limitação ou perda das funções básicas do olho e do sistema visual. O deficiente visual pode ser a pessoa cega ou com baixa visão. Uma das condições é a adaptação tátil e adequação dos recursos pedagógicos, desde o material com tamanho ampliado, ao material em braile e os recursos adaptados de áudio em programas de computadores.



A adaptação tátil envolve informações obtidas por meio de estímulos sensoriais de relevo e forma e têm de ser adquiridas sistematicamente, e reguladas de acordo com o desenvolvimento, para que os estímulos ambientais sejam significativos.

Ao contrário, o sentido da visão, que se desenvolveu com o passar do tempo, pode captar as informações instantaneamente e pode também processar nuances de informação por meio de “input” sensorial (Lederman e Klatzky, 1987).

A formação de uma consciência tátil envolve o reconhecimento da estrutura e da relação das partes com o todo; - compreensão de representações gráficas; - utilização de simbologia. A primeira fase do desenvolvimento tátil é a consciência das qualidades táteis dos objetos. O sentido do tato começa com a atenção prestada a texturas, temperaturas, superfícies vibráteis e diferentes consistências. Pelo movimento das mãos, as crianças cegas se dão conta das texturas, da presença de materiais, e das inconsistências das substâncias.

A deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo. É considerado surdo todo indivíduo que tem total ausência da audição, ou seja, que não ouve nada.

O atendimento educacional especial para os alunos com surdez, na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem. Perpassar pelo desafio de ampliar o direito a uma educação bilíngue, em todo o processo educativo, como condição para o aprofundamento de um sistema inclusivo.

Segundo Damázio (2007) as práticas de sala de aula comum e do AEE devem ser articuladas por metodologias de ensino que estimulem vivências e que levem o aluno a aprender a aprender, propiciando condições essenciais da aprendizagem dos alunos com surdez na abordagem bilíngue. Para construir um ambiente de aprendizagem favorável a esses e aos demais alunos, que potencialize a capacidade de pensar de cada um, de questionar e entrar em conflito com novas idéias, o professor da sala de aula comum deverá buscar recursos e materiais diversificados.

A elaboração do Plano de AEE inicia-se com o estudo das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos com surdez, bem como das possibilidades e das barreiras que tais alunos encontram no processo de escolarização. (DAMÁZIO 2007).

Quanto ao Transtorno do Espectro Autista — TEA é um processo em que há comprometimentos na comunicação e interação social, englobando comportamentos restritivos e repetitivos. O Transtorno Autista é uma condição classificada no DSM-5 como pertencente à categoria denominada Transtornos de Neurodesenvolvimento, recebendo o nome de Transtornos do Espectro Autista (TEA).

Assim, o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, que deve estar presente desde a infância, apresentando déficits nas dimensões sociocomunicativa e comportamental. Estas características podem favorecer o isolamento da criança, empobrecendo, ainda mais, suas habilidades comunicativas, ao que a literatura é unânime em indicar diagnóstico e intervenção precoces (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, a escola se constitui como um recurso fundamental para enriquecer as experiências sociais das crianças com TEA, oportunizando a interação entre pares e contribuindo para o desenvolvimento de novas aprendizagens e comportamentos.

Matricular um filho com autismo em uma classe especial, no entanto, não é possível em alguns municípios brasileiros. Em consonância com a nova política, por exemplo, as classes especiais foram extintas no município de Santa Maria/RS. (LAZZERI 2010).

A deficiência intelectual caracteriza-se por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas.

A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular tem sido um tema mundial e amplamente discutido no meio educacional, nas últimas décadas. No Brasil, a discussão do assunto foi iniciada com o advento da Declaração de Salamanca (1994) – documento considerado marco do movimento mundial pela inclusão (BUENO, 2008).

Há muito que se aprofundar, especialmente no sentido do professor se um investigador da sua própria prática, pesquisa ação, sobre a deficiência intelectual. Há uma diversidade de comportamentos e limitações impostos pela deficiência

intelectual em sala que precisam ser explorados, especialmente com o desenvolvimento de prática educativas apoiadas na cultura e condições manipulativas concretas.

É prudente explorar jogos pedagógicos em sala de aula, dinâmicas de grupo e atividades que envolvem a manipulação e construção de objetivos concretos. Essas atividades favorecem a construção de uma significação concreta que estimule o diálogo teórico-prático.

altas habilidades/ superdotação : A inclusão, direcionada para a educação, traz consigo um objetivo, que é aceitar a diferença no contexto escolar e possibilitar seu acesso ao conhecimento.

Segundo Rodrigues:

[...] a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação (2006, p. 302).

Dessa forma, a escola inclusiva parte de princípios distintos da pro posta da integração, que anteriormente vinha sendo posta em prática nas escolas regulares e somente recebia o aluno, sem a preocupação em realizar a sua adaptação, mas deixando a ele sua própria adaptação ao sistema. Ao contrário, a inclusão educacional tem em vista a participação de todos os alunos, numa estrutura que considera as características, os interesses e os direitos de cada um.

Neste sentido, este trabalho busca aproximar-se das idéias de Howard Gardner (2001, p. 47), quando este explicita sua compreensão acerca da inteligência, entendendo-a como “um potencial biopsicológico para processar informações que pode ser ativado num cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura”. Sua compreensão nos mostra que a inteligência possui diferentes formas de se constituir em uma pessoa e que cada um possui diferentes inteligências e diferentes formas de resolver os problemas. Além disso, menciona que esta é influenciada pelos valores de culturas específicas e pelas

diferentes oportunidades que forem disponibilizadas ao indivíduo. Esta visão da inteligência expõe outra forma de ver os sujeitos e compreender a mente humana, percebendo-a de maneira multifacetada e pluralista (GARDNER, 1995).

Este estudioso organizou a Teoria das Inteligências Múltiplas, sendo que esta pluraliza o conceito tradicional de inteligência e entende que “a capacidade de resolver problemas permite à pessoa abordar uma situação em que um objetivo deve ser atingido e localizar a rota adequada para esse objetivo. A criação de um produto cultural é crucial nessa função, na medida em que captura e transmite o conhecimento ou expressa as opiniões ou os sentimentos da pessoa” (GARDNER, 1995, p. 21).

A identificação de alunos com altas habilidades/superdotação é um aspecto que tem chamado a atenção inicialmente porque envolve o conhecimento de indicadores de características individuais que evidenciam uma capacidade superior, em uma área de interesse do aluno. Tem em vista possibilitar que cada sujeito possa expressar suas contribuições para a sociedade, e no caso destes sujeitos, podendo deixar contribuições significativas para o futuro da humanidade

A identificação de pessoas com altas habilidades/superdotação tem sido realizada não com intuito de “rotular” estes indivíduos, formar um grupo de elite, entre outras colocações que são feitas neste sentido, que normalmente vem imbricada por inúmeros mitos. A identificação permite que estes sujeitos possam receber um atendimento que vá ao encontro de suas reais necessidades e interesses, para que possa estar desenvolvendo e estimulando suas habilidades e assim constituir uma vida de forma satisfatória e com qualidade.

Guenther (2000, p. 88) dispõe que a identificação de crianças talentosas e bem-dotadas<sup>1</sup> “não é uma questão de ‘ser ou não ser’”. A autora enfatiza que a identificação envolve, ao contrário, a procura de sinais os mais diferentes, indicando a mais ampla gama de potencial e os mais diversos talentos. Neste

sentido, a identificação destes indivíduos é muito importante tanto para estes, como para a sociedade, e requer uma atenção e um “cuidado” das pessoas envolvidas com este processo.

## Considerações Finais

A inclusão no contexto de uma política educacional implica compreender os seus conceitos, princípios, fundamentos e refletir sobre a condição docente e das práticas pedagógicas nesse contexto. Deve ser entendida como uma possibilidade de buscar novos caminhos de transformação da escola e das relações de ensino e aprendizagem para o acesso e construção do conhecimento por todos, sendo a rede regular de ensino o espaço privilegiado para esse desenvolvimento.

Uma escola inclusiva é aquela possibilita a todos desenvolver seu potencial, suas competências e habilidades, sendo esse percurso favorecidos por uma concepção de ensino e práticas sociointeracionista, apoiada em um sistema de mediação docente que reconhece o aluno como ser social ativo, mobilizador de suas próprias condições de aprendizagem a partir de um sistema de signos e representações adequadas.

Um trabalho docente inclusivo perpassa pelo reconhecimento do aluno em sua integralidade, construção de um Plano de Desenvolvimento Individual - PDI adequado, em uma rede colaborativa, que envolve a equipe pedagógica da escola e a própria família. Assim como, na adequada conceitual da deficiência e/ou transtorno e mobilização das metodologias e recursos pedagógicos coerentes com a sua necessidade.

Dentre as práticas pedagógicas o trabalho apoiado em jogos pedagógicos e com o estímulo às atividades manipulativos concretas, propostos em estreita relação com a cultura apresenta-se como um possibilidade concreta que precisa ser melhor aprofundada em termos de investigação.

## Referências

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília, 2006. Disponível em . Acesso em: 12 fev. 2009.

BRASIL, **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília, 2006. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Disponível em . Acesso em: 12 fev. 2009.

\_\_\_\_\_, Lei Federal n. **8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9394/96** que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial**. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, 15. ed., abril de 2000.

CRISPINO, Sthefanie. Como fazer um plano de desenvolvimento individual e conquistar uma carreira. Publicado em 04 de agosto de 2019. <https://exame.abril.com.br/carreira/como-fazer-um-plano-de-desenvolvimento-individual-que-de-certo/>, visitado em 09.09.2019.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 52 p.

\_\_\_\_\_, M. F. M. **Concepções Subjacentes: Educação das Pessoas com Surdez**, 2005.

\_\_\_\_\_, M. F. M. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva** (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005, p.117.

\_\_\_\_\_, M. F. M.; FERREIRA, J. **Educação Escolar de Pessoas com Surdez- Atendimento Educacional Especializado em Construção**. Revista Inclusão: Brasília: MEC, V.6, 2008.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/doc\\_declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos.asp?f\\_id\\_artigo=2](http://www.educacaoonline.pro.br/doc_declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos.asp?f_id_artigo=2)>. Acesso em: 27 dez. 2005. [ [Links](#) ]

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_, R. (Org.). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Letras, 2007.

GOES, R. S. **A escola de educação especial: uma escolha para crianças autistas e com deficiência intelectual associada de 0 a 5 anos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GRIFING, H. C. e PAUL J. GERBER. **Desenvolvimento tátil e suas implicações na educação de crianças cegas**. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, 5. ed, dezembro de 1996.

<https://www.jrmcoaching.com.br/o-que-e-pdi-plano-de-desenvolvimento-individual/>, 2015.

LEMOS, Silvana. **Nativos digitais x aprendizagens: um desafio para a escola**. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 35, n.3, set./dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 maio 2014. *Literatura Comparada*, v22, p.89 – 113, 2003.

MELLO, Claudio José de Almeida & ASSIS, Raimundo. **Pressupostos teóricos e ideológicos das diretrizes curriculares de língua portuguesa para a educação básica do estado do Paraná**. In: HIDALGO et al. *Pluralismo Metodológico nas Diretrizes Curriculares do Paraná*. UNICENTRO: Guarapuava, 2010.

MARQUES, José Roberto. **O que é PDI -Plano de Desenvolvimento Individual?** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.

NOVAES, Maria Helena. **Adaptação escolar**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975. 111 p.  
OLIVEIRA, A. A. S. **Formação de professores em educação especial: o impasse das políticas públicas**. In: Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores, 7, 2003, **Anais...** Águas de Lindóia: CEPFE, Unesp/pro-reitoria de graduação, Águas de Lindóia, 2003. CD-Rom

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. [Psychologie et Pédagogie, 1969].

PINO, A. **As Marcas do Humano**: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.

RESENDE, Muriel L. M. **Vygotsky**: um olhar sociointeracionista do desenvolvimento da língua escrita. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1195>. Publicado em: 25/11/2009.

RODRIGUES, D. **Perspectivas sobre inclusão**. Porto: Editora do Porto, 2003.  
SANTOS, Mônica Pereira dos. Ressignificando a escola na proposta inclusiva, 2002. Disponível em: . Acesso em: 17/11/2020.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999

VASCONCELLOS e VALSINER. **Perspectivas co-construtivistas na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

Vygotsky, **aprendizado e desenvolvimento**. São Paulo: Scipione, 2000. 111p. (Pensamento e Ação no Magistério).

ABSD. **Altas habilidades/superdotação e talentos: manual de orientação para pais e professores**. Porto Alegre: ABSD/RS, 2000.

GUENTHER, Zenita Cunha. **Desenvolver capacidade e talentos: um conceito de inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.



cesso rápido, coloque os seus favoritos aqui, na barra de favoritos. [Importar favoritos agora...](#)

CopySpider Scholar    Apoiar o CopySpider

**Documentos candidatos**

- aeeinclusaopotengi.b... [2,83%]
- portal.mec.gov.br/se... [1,38%]
- alb.com.br/arquivo-m... [1,26%]
- researchgate.net/pub... [1,26%]
- alex.pro.br/convençõ... [1,01%]
- unicef.org/brazil/de... [0,9%]
- periodicos.unb.br/in... [0,58%]
- educabrazil.com.br/e... [0,39%]
- files.fig-com-br.web... [0,37%]
- observatoriodeeducac... [0,28%]

Arquivo de entrada: [Ana Carolina e Claudilene 18.11.2020 \(3\) \(2\).doc](#) (3610 termos)

Arquivo encontrado		Total de termos	Termos comuns	Similaridade (%)
aeeinclusaopotengi.b...	Visualizar	4119	213	2,83
portal.mec.gov.br/se...	Visualizar	6737	141	1,38
alb.com.br/arquivo-m...	Visualizar	3659	91	1,26
researchgate.net/pub...	Visualizar	14835	231	1,26
alex.pro.br/convençõ...	Visualizar	5512	92	1,01
unicef.org/brazil/de...	Visualizar	10078	123	0,9
periodicos.unb.br/in...	Visualizar	831	26	0,58
educabrazil.com.br/e...	Visualizar	494	16	0,39
files.fig-com-br.web...	Visualizar	5795	35	0,37
observatoriodeeducac...	Visualizar	614	12	0,28

Windows taskbar: Digite aqui para pesquisar

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Atividade: Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo/Monografia.

Curso: Pedagogia Período: 8º Semestre: 2 Ano: 2020

Professor (a): Adenilson Mariotti Mattos

Acadêmico: Ana Carolina Gonçalves Martins

Tema - EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: Alguns apontamentos pedagógicos

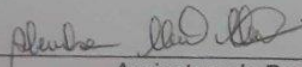
Assinatura do aluno

Data(s) do(s) atendimento(s)	Horário(s)	Assinatura do aluno
16-10-2020	18:20 – 19:20	Ana Carolina Gonçalves
04-11-2020	22:40 – 23:00	Ana Carolina Gonçalves
11-11-2020	21:30 – 22:00	Ana Carolina Gonçalves
12-11-2020	21:30 – 22:00	Ana Carolina Gonçalves
18-11-2020	22:00 – 23:00	Ana Carolina Gonçalves

Descrição das orientações:

Orientações do Trabalho de Conclusão de Curso – definição do tema, problema de pesquisa, citações, revisão textual, considerações finais, dentre outras.

Considerando a concordância com o trabalho realizado sob minha orientação, **AUTORIZO O DEPÓSITO** do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) Acadêmico (a) **Ana Carolina Gonçalves Martins**.



Assinatura do Professor

